

Governo quer evitar que gastos dos estados contaminem os bancos

por Eugênia Lopes
de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, afastou ontem a hipótese de que a situação dos bancos dos estados do Piauí, do Rio Grande do Norte e da Paraíba — fechados há cerca de dois anos — seja analisada isoladamente. Em encontro no Palácio do Planalto com os governadores José Agripino Maia (RN), Antônio Freitas Neto (PI), e o vice-governador Cícero Lucena (PB), o ministro da Fazenda revelou que a reabertura desses três bancos será tratada dentro de parâmetros a ser definidos para toda a rede estadual de bancos oficiais.

“O governo quer estudar uma forma de evitar que os gastos estaduais contaminem os bancos”, frisou Cardoso, durante o encontro com os governadores. Liquidados extrajudicialmente pelo Banco Central (BC) em setembro de 1990, os bancos dos estados do Piauí, da Paraíba e do Rio Grande do Norte encontram-se fechados desde então e, até hoje, não cumpriram as exigências do BC. A idéia do ministro da Fazenda é que o caso dessas três instituições seja tratado no contexto de uma orientação que o governo pretende baixar para os bancos oficiais de um modo geral. Apesar de a Lei 4.595 de 1964 proibir que

os bancos concedam empréstimos aos seus acionistas, as instituições estaduais são as primeiras a descumprir a legislação. Em sua maioria, os bancos estaduais estão altamente concentrados em empréstimos para seus controladores e para empresas controladas pelos governos dos estados.

Na reunião, que contou com a presença do presidente Itamar Franco, o ministro da Fazenda também descartou qualquer possibilidade de rolagem das dívidas dos estados — essa rolagem atingiria entre US\$ 18 milhões e US\$ 20 milhões — sem que primeiro os governos estaduais se tornem adimplentes com a

União. “Para haver rolagem será preciso primeiro que eles se tornem adimplentes”, frisou Cardoso, através do secretário de imprensa da Presidência, Francisco Baker.

Segundo Baker, os governadores do Piauí, do Rio Grande do Norte, e da Paraíba se comprometeram a ajudar o governo federal na aprovação do projeto de lei da rolagem das dívidas dos estados. Elaborado pelo Executivo, o projeto prevê o comprometimento de 9% da receita líquida dos estados no primeiro ano e 11% nos anos subsequentes. Os três governadores deixaram o Planalto por volta das 13 horas, sem dar entrevistas.